

SOBRE O USO DE MATERIAIS “EXTRA-ACADÊMICOS” NO ENSINO DE FILOSOFIA:

uma abordagem possível da obra *Antígona* em conjunto com a música “Vida Loka parte 2” do grupo racionais MC’s

João Renato Amorim Feitosa

Mestrando Filosofia UnB

Resumo: O objetivo deste texto consiste na exposição breve de uma discussão acerca do uso de materiais não-acadêmicos para a elaboração total ou parcial de aulas de filosofia, a partir da análise de uma aula apresentada por mim aos alunos do ensino médio do CEM 03 do Guará-DF, que abordou a obra *Antígona* de Sófocles em conjunto com a música *Vida loka parte 2* do grupo de rap Racionais mc’s. Num primeiro capítulo, examino um pouco o debate acerca de uma postura ideal do professor em sala de aula, bem como de uma parcialidade ou imparcialidade por parte do mesmo quanto aos assuntos tratados e a própria concepção de história da filosofia deste, porque acho que a crítica ao uso de materiais extra-acadêmicos se dá em parte pela nossa concepção de história da filosofia, em parte por nossa postura parcial ou imparcial dentro de sala de aula, se é que tal postura existe. Para isso, retomo discussões feitas por Paulo Freire acerca dessa postura em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, para posteriormente apresentar e avaliar a aula e sua metodologia.

Résumé: *Le but de cet article est de exposer brièvement une discussion sur l'utilisation de matériaux non-académiques pour le développement global ou partielle de classes de philosophie, à partir de l'analyse d'une classe présentée par moi-même pour les étudiants de L'École secondaire "CEM 03" du Guará-DF, que a abordé l'oeuvre Antigone de Sophocle en ensemble avec la musique "Vida loka parte 2" du groupe de rap Rationais Mc's. Dans le premier chapitre, j'examine un peut le débat à propôs d'une "posture idéale" du professeur dans la classe, ainsi comme d'une partialité ou l'impartialité du même en ce qui concerne à les questions traitées et à sa propre conception d'histoire de la philosophie, parce que je pense que la critique de l'utilisation de matériaux extra-universitaires est donnée, d'une*

part, par notre conception de la histoire de la philosophie, d'autre part, par notre posture partielle ou impartial dans la salle de classe, si ce posture existe. Pour ça, je reprends lês discussions réalisées par Paulo Freire à propos de cette posture dans son travail Pédagogie de l'autonomie, avec le but de, plus tard, présenter et évaluer la classe et sa méthodologie.

Acerca de uma “postura ideal” do professor e a questão da parcialidade ou imparcialidade do mesmo sobre o assunto do qual se versa.

O título dado a este texto talvez assuste alguns leitores habituados aos debates e estudos filosóficos. Talvez esses leitores aos quais me refiro se perguntem: mas, afinal de contas, o que tem a ver a obra *Antígona* do renomado tragediógrafo grego Sófocles com a música de um marginalizado grupo de rap dos anos 90? Responderíamos a este leitor que, no que diz respeito ao conteúdo, ao estilo de escrita, ao contexto histórico e aos objetivos de ambas as obras, elas realmente não têm nenhuma semelhança, e que a reivindicação é válida. Porém, o estranhamento inicial acerca da relação anacrônica que aqui estamos propondo talvez se desfaça à medida em que formos bem sucedidos na apresentação desta, bem como no posicionamento metafilosófico que consiste em nos perguntarmos: porque é que temáticas como essas me parecem estranhas (a mim, professor de filosofia)? Acredito que tal estranhamento seja motivado em parte por um ideal estabelecido de uma história da filosofia canônica, em parte por uma espécie de “postura” exigida do professor em sua atuação em sala de aula. Quanto ao primeiro motivo, o Departamento de filosofia da UnB apresenta excelentes professores que oferecem disciplinas em que a própria seleção do que entra para a “história da filosofia” e do que é excluído dela é posta em questão, afinal de contas, por que é que os cânones da história da filosofia são

justamente estes e não outros? O que é que determina o quê e que pessoas integram uma suposta história universal da filosofia? Não quero aqui entrar no mérito de tais discussões, apesar da importância do tema para o que aqui se intenta, pois essa discussão exigiria um texto a parte dedicado exclusivamente a ela. Quanto àquele segundo motivo, gostaria de retomar uma discussão, feita pelo indubitavelmente eminente pedagogo, professor Paulo Freire, acerca de qual deve ser a postura do professor em sala de aula.

Na obra *Pedagogia da Autonomia* do professor Paulo Freire, ele deixa claro que o seu interesse é o de concentrar saberes essenciais àqueles professores que ele chama de progressistas, mas que tais saberes também são úteis aos conservadores. Acredito que tal denominação seja cabível, nesta obra, aos professores que unem a atividade em sala de aula a seu ativismo político, ou seja, entendo que Paulo Freire nesta obra considera progressista o professor que não entende a sala de aula como um espaço em que os problemas sociais e políticos não tenham espaço, em favor de aulas *estritamente teóricas* e afastadas do contexto político. Isso implica que o professor terá um posicionamento político dentro de sala de aula, sendo que o manter-se “em cima do muro”, na visão de Paulo Freire, parece uma atitude fraca que não acrescenta em nada na vivência da relação de ensino-aprendizagem. Disso decorre que, ao serem tratados assuntos como aqueles presentes em filosofia política, isto é, refiro-me a temas como liberalismo e socialismo, na visão do autor, o professor deve posicionar-se ao invés de apenas tratar o assunto de maneira imparcial. Vejamos que possíveis conseqüências tal atitude pode trazer para o contexto da sala de aula de filosofia:

Bem, se o professor assume uma posição política dentro de sala de aula, ao tratar de assuntos tais como a dicotomia liberalismo-

socialismo, isso implica que ele terá que assumir um desses dois lados. Que critérios utilizar para assumir um ou outro posicionamento? Segundo o professor Paulo Freire, tal critério consistiria em agir eticamente, isto é, aquilo que o professor acredita ser a postura ética cabível deve corporificar-se em suas atitudes, ou seja, se vejo injustiça em perceber que pessoas miseráveis são exploradas em prol das mais ricas, não seria um posicionamento interessante tratar de tal assunto de forma imparcial. Antes, um modo mais eficaz seria fazer com que a curiosidade ingênua dos alunos, acrescida dos conteúdos históricos, das informações e teorias relevantes sobre o assunto, os fizesse ver que o professor não corrobora com tais injustiças. Assim, o professor Paulo Freire, no trecho que se segue, explicita como ele entende a atividade professoral no que diz respeito a tomar um posicionamento:

A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética. Cada vez me convenço mais de que, desperta com relação à possibilidade de enveredar-se no descaminho do puritanismo, a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza. (FREIRE, 1996, p. 36)

À primeira vista, podemos interpretar tal atitude como sendo uma espécie de autoritarismo de achar que se pode ditar o que é certo e o que é errado categoricamente, mas acredito que por esse ponto de vista estamos interpretando mal o pensamento do autor. Ele mesmo destaca neste mesmo tópico que devemos sempre dar a opção de escolha entre uma coisa ou outra, pois é a própria capacidade de escolher entre o que é bom e o que é ruim que constitui a característica primordial das nossas ações morais. Fugir de uma educação que implique uma educação moral é, para o autor, fugir da própria natureza humana; ou seja, o autor está nesta obra entendendo o homem como um ser

moral por natureza, e, portanto, que a formação moral do educando nunca deve ser deixada de lado. Porém, como dito no início deste parágrafo, e como a própria ética exige, não há categoricamente aquilo que se pode dizer correto de maneira universal, é preciso estar sempre aberto à mudança de paradigmas morais, à mudança de opções, que nunca deve ser negada aos alunos, e quando feitas tais escolhas, tais mudanças, por parte do professor, seja abandonando o velho ou aceitando o novo, deve-se fazer acompanhar pelo comportamento adequado à mudança, ou seja, “*ensinar exige a corporificação da palavra pelo exemplo*”.

No final do tópico intitulado “*Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação*”, o professor Paulo Freire, discursando sobre a passividade do aluno em relação ao seu próprio conhecimento, nos alerta:

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo a irrecusável prática de entender, desafiar o educando a quem se comunica e com quem se comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. (FREIRE, 1996, p. 42)

Paulo Freire nos alerta para a importância de respeitar aquilo que ele chama de “curiosidade ingênua” dos alunos, bem como as opiniões que surgem dessa curiosidade. Acredito que o autor esteja se referindo a alguns momentos em que o professor se comporta de uma maneira que dá a entender que a ideia ou opinião apresentada pelo aluno não tem nenhuma relevância para o assunto que está sendo tratado, e isso sem dúvida desmotiva o aluno a querer aprender, pois se ele recebe um *feedback* negativo de sua colocação, com certeza isso afeta sua autoimagem e pode impedir que o aluno queira participar novamente da aula, com medo de represálias do professor e

de seus colegas. É preciso então fazer com que essa “curiosidade ingênua” venha a se transformar naquilo que ele chama de “curiosidade epistemológica”, isto é, a curiosidade ingênua que deriva do senso comum aproximada de seu objeto de investigação de forma metodicamente mais rigorosa.

Tem sido uma discussão presente nos últimos anos nos meios acadêmicos de filosofia voltados para a educação (por exemplo o PIBID), a grande relevância do que foi dito pelo professor Freire na citação acima, isto é, que o aluno não deve ser visto como um recipiente vazio de conteúdo, como um “*alumnus*”, mas que é importante deixar claro para eles mesmos que são parte ativa de seu próprio processo de aprendizagem, e que ensinar é ao mesmo tempo aprender, pois o processo de ensino-aprendizagem não tem só um lado, não se faz com apenas um dos dois agentes do ambiente de sala de aula, ele é composto de professor e aluno em conjunto, em uma relação bilateral, de troca, de comunhão. *Daí a importância de aceitar a opinião do aluno enquanto esta se encontra em fase de curiosidade ingênua, fazendo com que esta se torne curiosidade epistemológica, curiosidade acrescida de rigor metodológico.* Disso decorre também que é preciso que aceitemos e reconheçamos as diferentes identidades culturais que nos aparecem no ambiente de aprendizagem e, mais do que isso, que assumamos sempre que possível essas identidades, trazendo para a sala de aula o estudo dessas diferentes identidades culturais a fim de promover a diversidade cultural e ideológica livre de preconceitos. Observando as características da escola de seu tempo, Paulo Freire chega à conclusão de que tais identidades culturais, e também o caráter socializante do qual fazem parte, é negligenciado, em prol daquele antiquado entendimento do ensino como transferência do saber. É preciso então entender que a educação jamais se deu dessa

forma, mas que, ao invés de transferir conhecimento, ensinar é *criar as condições de possibilidade para a produção desse conhecimento*. Acredito que depois do que foi dito não seja necessário aqui fazer considerações acerca da importância de tal visão para o ensino de filosofia, uma vez que o texto de Freire se aplica à educação de um modo geral.

Mas, percebo também que talvez exista algo de problemático para o ensino estritamente de filosofia, na concepção de Freire, quando este diz que ensinar exige um posicionamento do professor em relação àquilo que ele pensa no que diz respeito ao assunto tratado. Primeiramente, corre-se o risco de influenciar a opinião dos estudantes e, além disso, acredito que não condiga com a tarefa de despertar a capacidade crítica dos estudantes o opinar a favor de um dos dois possíveis lados do que se esteja tratando. Com relação a uma hipotética formação da opinião dos estudantes, o meu argumento é o de que, sendo o professor uma espécie de referencial no qual o aluno se apoia, e até mesmo se espelha, para a formação de sua própria personalidade, acredito que ao tratar da dicotomia socialismo-liberalismo – para tomar o exemplo anteriormente mencionado –, se o professor se posiciona a favor de um ou de outro, por essa própria questão do que estou chamando ‘referencial’ ele acaba por induzir o aluno a seguir o mesmo caminho. A meu ver, pensando o ensino de filosofia sob a ótica da pedagogia da autonomia, esta autonomia estaria prejudicada se eu induzisse meu aluno a crer nas minhas crenças; ao contrário, penso que a imparcialidade contribuiria mais para uma autonomia em relação ao estudante, pois dessa forma está dada a ele a decisão de aceitar ou não tal posicionamento.

Pode-se objetar que mesmo que eu me posicione em relação ao assunto tratado, isso não quer dizer que eu vá influenciar a opinião do estudante. Quanto a esta objeção, restrinjo-

me então ao meu processo de aprendizagem, e não quero de forma alguma dizer que ele sirva de regra para o processo de aprendizagem das demais pessoas. Em meu processo de aprendizagem no ensino médio, lembro-me muito bem que tive a influência de um professor marxista, e que depois de algum tempo, já na graduação, tive a oportunidade de perceber tal influência e observar algumas incongruências naquilo que eu cria antes. Já que não posso fazer da forma de meu aprendizado que ele valha para o aprendizado de toda pessoa, digo aqui a título de hipótese, que esta influência acontece de modo geral. Tomando então este pressuposto, quero agora passar a analisar uma forma que considero hipoteticamente prejudicial para o ensino estritamente de filosofia no ensino médio: a maneira doutrinadora de ensinar filosofia, que observei na atuação de alguns mestres durante a minha formação no ensino médio.

Em diversas ocasiões, percebi na postura de alguns professores certo desprezo às opiniões dos alunos acompanhada de uma sugestão de como seria “a maneira correta” de se enxergar determinado problema, de maneira tal que o aluno se sentia constrangido em voltar a participar das aulas, com medo de uma nova “represália”. Tais professores geralmente tinham uma tendência muito forte a apresentar as suas posições políticas e morais como sendo hegemônicas, muitas vezes menosprezando e desacreditando de outras formas de enxergar a mesma questão, relegando as opiniões diversas a um segundo plano, nas poucas ocasiões em que eram trazidas. Lendo a postura desse professor à luz da obra de Paulo Freire, podemos diagnosticar uma tendência a refrear qualquer expressão de “curiosidade ingênua” do estudante, o que o impossibilita a despertar neste uma “curiosidade epistemológica”, pois geralmente o refreamento da primeira implica o anulamento da segunda. Acredito, e esta é uma opinião minha, que esse mesmo sujeito

seja aquele leitor que estranhará com certo desprezo o título dado a este texto. Apesar de a crítica a este tipo de abordagem aqui proposto ser por muitas vezes válida em diversos aspectos, devemos nos atentar ao fato de que estamos lidando com pessoas que muitas vezes nunca tiveram contato com a filosofia; logo, abordagens que intentem tratar aprofundadamente do texto e somente do texto, que apresentam um ideal de história da filosofia universalmente válido e, com esta postura, automaticamente invalidam outros tipos de abordagem, devem lidar com o problema de nunca elevar a “curiosidade ingênua” de seus alunos a uma “curiosidade epistêmica”, haja vista o ponto de partida nesse tipo de postura ser a opinião do professor acerca do tema que está sendo tratado, acerca de sua própria concepção de história da filosofia e de seus agentes, obras, problemas etc.

Ainda que o texto de Freire não tenha ganho aqui o trato minucioso que ele merece e exige para o entendimento de seu todo, ele nos serve para percebermos que posturas “engessadas” podem nos trazer grandes problemas no ensino de maneira geral, e para o ensino de filosofia, tema que o pedagogo não trata nesta obra, tratando-se ela antes de um ensaio geral acerca do ensinar, enxergo um possível problema na postura parcializada acerca dos temas de filosofia; desse modo, tento diagnosticar a postura dos críticos ao uso de materiais não acadêmicos para as aulas de filosofia em parte como tendo fonte nessa parcialidade em relação aos temas de filosofia. Mas, não há o risco de incorrerem em uma espécie de “desvirtuação” da filosofia ao trazermos temas tão distantes da “história da filosofia”?

Há aproximadamente dois anos atrás, um professor de filosofia do ensino médio em conjunto com um colega então membro do PIBID em Taguatinga, fez uma das questões de sua prova utilizando trechos da música de uma

famosa cantora de funk carioca, qual seja, a Valesca. A questão repercutiu na mídia nacional e nos meios acadêmicos como um todo, trazendo à tona discussões acerca da validade ou não de tal uso, recebendo críticas e elogios de todas as partes. Tive o prazer de conhecer os dois professores, e conversei em algumas ocasiões com um deles, Luís Henrique da Cruz Souza, aluno de mestrado do Departamento de filosofia, que melhor do que ninguém pôde nos esclarecer brevemente acerca do ocorrido. Ele gentilmente aceitou responder a três perguntas que lhe fiz sobre como foi viver esta experiência e autorizou que eu compartilhasse a sua opinião no presente texto, a qual segue abaixo:

Qual era a proposta de trazer a Valesca para a questão da prova?

Uma das dificuldades que tivemos no primeiro ano de trabalho que desenvolvemos no CEM 03 de Taguatinga, dentro do PIBID, foi a dificuldade para aproximar os alunos da filosofia a partir de uma linguagem “acadêmica”, no sentido de explicar filosofia a partir de conceitos específicos, sem inserir os alunos no debate e nem demonstrar uma certa “aplicabilidade” da filosofia dentro do contexto deles. Assim, tivemos a ideia de tentar usar objetos do cotidiano e até figuras de artistas para tentar exemplificar certas discussões filosóficas. No caso específico da Valesca, estávamos discutindo certos problemas das abordagens filosóficas dentro do campo da Ética e da Moral, discutindo sobretudo como a mulher é objeto de juízos de valores que se relacionam, sobretudo, com a moral. Fizemos uso de análises específicas de Nietzsche, Sartre e Simone de Beauvoir. A Valesca, e o funk, foram usados várias vezes para pensar como julgamos e atribuímos valor às coisas que geralmente não fazem parte do nosso cotidiano, ou são tabus, ou das quais temos preconceitos, já que julgamos menos “cultural”; tentamos demonstrar como isso tem a ver com a Moral e qual o papel da filosofia para se ter uma visão crítica até mesmo daquilo que temos certeza, ou que julgamos “melhor”, certo ou errado, belo e feio, etc.

Você sofreu alguma represália por parte de outros docentes e alunos?

Muitos professores e grandes “mestres” julgaram a nossa atitude um desrespeito com a “história da filosofia” – seja lá o que isso signifique – e com os grandes intelectuais, que jamais poderiam ter suas imagens de saber associadas com figuras de “tão baixo valor cultural” como funkeiras, rappers, ídolos do pop e etc. Não percebi represálias de parte alguma, mas julgamentos e críticas sem sentido foram muitas, e também a tentativa de diminuir o valor do trabalho que desenvolvemos na escola, como se filosofia (algo que realmente merece muito respeito) fosse algo sagrado e que não pudesse discutir e dialogar com objetos de cultura de massa ou de figuras menos “intelectuais”.

Você acha válido o uso de materiais não-acadêmicos para tratar do ensino de filosofia? Por quê?

Acredito que precisa existir uma diferença no jeito que se aborda filosofia dentro de sala de aula, ainda mais no ensino médio; não dá para acreditar que o jeito que “fazemos” filosofia dentro da academia, dentro da universidade, deve ser o mesmo dentro de sala de aula com adolescentes que não têm contato com a filosofia, e que desde cedo já chegam carregados de preconceitos com a disciplina e dificuldades (já que infelizmente não tiveram contato com a filosofia antes) para compreender o jargão filosófico. O uso de materiais não acadêmicos em sala de aula é muito eficiente para se ensinar filosofia, ainda mais por que torna a relação do aluno com a filosofia mais didática e muitas vezes até divertida, já que eles “se percebem” na matérias quando veem objetos de seu cotidiano em relação com aquilo que pode discutir absolutamente tudo, problematizar tudo, trazer de fato a realidade como um problema filosófico.”

Assim, Cruz Souza nos esclarece que o uso da música da cantora não surge aleatoriamente ou despropositalmente na questão da prova: ela surge como alternativa a um trato mais arraigado, a um trato dado numa linguagem acadêmica, técnica e conceitual das questões de

filosofia, à qual os alunos naturalmente não estão habituados. O uso do material não acadêmico é feito nesses casos em conjunto com o conteúdo programático do bimestre ou semestre, de modo que os próprios assuntos que estiverem sendo tratados nas aulas possam ser tematizados a partir do material, facilitando assim o acesso do estudante ao tema, ou, como queria Freire, a passagem da “curiosidade ingênua” para a “curiosidade epistemológica”. A experiência relatada por Cruz Souza reflete o embate entre as diferentes posições que se assumem acerca do que seja a história da filosofia (se há uma história da filosofia, como nos adverte o professor) e seu mecanismo de seleção daquilo que é ou não aceitável como válido ou não no ensino da filosofia, e serve também como diagnóstico tanto de qual é a postura hegemônica atual da história da filosofia, quanto de qual uso é mais profícuo, o estritamente acadêmico ou o que usa materiais não-acadêmicos ou extra-acadêmicos. Passo então a relatar uma experiência individual na qual experimentei o uso de materiais do tipo supracitado e ponderar acerca de seus resultados.

Uma experiência com o uso de materiais extra-acadêmicos: *Antígona* e *Vida Loka* parte 2

Como esta é uma obra que faz parte do conjunto de obras relacionadas para a prova do PAS, assim como a música, o objetivo dessas aulas foi apresentar o enredo desta tragédia de Sófocles e como ela se insere no conjunto da trilogia *Édipo Rei*, *Antígona*, e *Édipo em Colono*. Apresentou-se as noções de *Direito Natural* e *Direito Positivo*, bem como a noção de *Desobediência Civil*, a fim de fazer uma relação com aquilo que é apresentado no clipe da música dos Racionais. No *Dicionário de Filosofia* de Nicola Abbagnano, encontramos a

seguinte definição para o que seja direito natural e a sua relação com o direito positivo:

A observação da disparidade e da discrepância entre os D. vigentes nas sociedades humanas, bem como do caráter imperfeito de tais D. logo conduziu à noção de D. *natural* como fundamento ou princípio de todo D. positivo possível, ou seja, como condição de sua validade. O D. natural é a norma constante e invariável que garante infidelmente a realização da melhor ordenação da sociedade humana: o D. positivo ajusta-se em maior ou menor grau, mas nunca completamente, ao D. natural porque contém elementos variáveis e acidentais que não são redutíveis a este. O D. natural é a perfeita racionalidade da norma, a perfeita adequação da norma ao seu fim de garantir a possibilidade da coexistência. Os D. positivos são realizações imperfeitas ou aproximativas dessa normatividade perfeita. Esse pensamento regeu, por mais de dois mil anos, a história da noção de D. Podemos distinguir duas fases fundamentais dessa longa história: a) Fase *antiga*, na qual o D. natural é a participação da comunidade humana na ordem racional do universo. Como, segundo os estóicos (aos quais se deve a primeira formulação dessa doutrina), a participação dos seres vivos na ordem universal se dá por meio do *instinto*, nos animais, e por meio da *razão*, nos homens (DÍOG. L, VII, 85-87), o D. de natureza é às vezes interpretado como instinto e às vezes como razão ou como inclinação racional. Mas em todos os casos, é entendido como participação na ordem universal que é Deus mesmo ou vem de Deus. b) Fase *moderna*, na qual o D. natural é a disciplina racional indispensável às relações humanas, mas independe da ordem cósmica e de Deus. O conceito de técnica que pode e deve regulamentar da forma mais conveniente as relações humanas apresenta-se com toda clareza nessa fase da doutrina.”(ABBAGNANO, 2007, p. 278)

Dadas tais definições, procurou-se apresentar a seguinte relação entre as duas obras: Na tragédia, Antígona vê-se confrontada entre a escolha de enterrar o irmão Polinice, cumprindo assim com aquilo que foi abordado por mim como sendo uma espécie de direito natural, ou

de não enterrá-lo e assim obedecer à lei imposta pelo tirano Creonte, cumprindo com aquilo que foi abordado por mim como sendo uma espécie de direito positivo. No clipe do grupo Racionais, relata-se a vida sofrida do povo pobre das favelas de São Paulo, que não têm seu direito natural garantido, bem como um suposto uso do direito à desobediência civil, entendendo esta última como o uso legítimo do direito a desobedecer as leis do direito positivo, quando estas não garantem aquilo que prescreve o direito natural, explícito na letra da música quando as personagens, supostamente por meio ilícito, voltam na mesma loja de tênis da qual tinham sido expulsos em sua infância e compram todos os tênis que queriam.

Em determinada parte da música, lê-se a seguinte frase: “[...] o promotor é só um homem, Deus é o juiz [...]”. Propôs-se que se identificasse nessa frase alguma relação com aqueles conceitos abordados e chegou-se à conclusão de que a figura do promotor (representante do direito positivo), para o autor da música apresenta uma menor importância do que Deus (representante do direito natural). De maneira geral, pretendeu-se mostrar que: o direito natural, de caráter imutável, é um direito que todo ser humano tem pelo simples fato de ser humano, o que envolve os direitos mais básicos de subsistência, por exemplo. O direito positivo, de caráter mutável, varia de povo para povo e geralmente está contida em um conjunto de leis escritas e documentadas. A desobediência civil é o direito a desobedecer às leis do direito positivo, quando seu direito natural não é garantido pelo Estado. Antígona quer garantir o direito de seu irmão a ter sepultura, para isso desobedece ao tirano. No clipe, o povo pobre incorre no crime para garantir aquilo que o Estado não garante. Chega-se ao problema: até que ponto é lícito desobedecer às leis?

Considero que os resultados obtidos para esta aula foram satisfatórios no que diz respeito ao próprio andamento das aulas na sala, pois os alunos participaram e mostraram algum interesse, acredito eu que pelo fato de se tratar de uma música conhecida por eles, e pelo modo de a narrativa da tragédia ir revelando pouco a pouco a trama por trás da história de Édipo. Acredito que o trato dos conceitos de direito natural, positivo, e desobediência civil, bem como da obra *Antígona*, ficariam muito mais difíceis de serem tratados se não utilizássemos a música para trazer o tema para uma realidade mais próxima à dos alunos, pois a forma de escrita de Sófocles é de difícil entendimento para jovens do primeiro ano do ensino médio, assim como as noções apresentadas acima em conjunto com as duas obras. Dessa forma, tratou-se tanto de conceitos inacessíveis à linguagem dos alunos, quanto de uma obra de difícil leitura para o público em questão, posta como pertencente à história do pensamento ocidental, de maneira que esses alunos pudessem se apropriar desses conceitos nascentes na filosofia antiga, dando a eles uma aplicabilidade prática, pois a análise da música permitiu mostrar que aqueles conceitos podem ser observados na letra da música de uma banda dos anos 90, à qual muitos deles ouvem em seu dia a dia. Muitos colegas professores têm relatado que utilizam músicas, filmes, fotografias, quadros, esculturas etc, para lecionar, a maioria deles relatam bons resultados em detrimento de um uso puramente conceitual e técnico; assim sendo, acredito que o único prejuízo que tal metodologia possa causar seja para o ego dos grandes pesquisadores de filosofia.

Referências bibliografia

- FREIRE, PAULO. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* - São Paulo: Paz e Terra 1996 (Coleção Leitura).
- SÓFOCLES. *Antígona*. Traduzido do grego por Donald Schuler. – Porto Alegre: L&PM, 2010.
- ABBAGNANO, NICOLA. *Dicionário de Filosofia*; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RACIONAIS MC’S. *Vida loka parte 2*. Clipe do citado grupo de rap amplamente divulgado nas mídias.